

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

Edição nº 575

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletim	2
Edital	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3
Concursos Públicos	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	5
----------------	---



PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 54/2010

Dispõe sobre o horário de expediente da Procuradoria-Geral de Justiça no período de 03 de janeiro a 28 de fevereiro de 2011, e dá outras providências.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O horário de expediente, nos setores administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça, no período de 03 de janeiro a 28 de fevereiro de 2011, será o seguinte:

I – de segunda a quinta-feira: das 12h às 19h;

II – sexta-feira: das 8h às 15h.

Art. 2º Deverão ser mantidos, pelas chefias, plantões nos serviços considerados essenciais.

Art. 3º Os Coordenadores das Procuradorias de Justiça e os Diretores das Promotorias de Justiça poderão adotar o procedimento previsto no artigo anterior, devendo comunicar antecipadamente à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Art. 4º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 567/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Promotor de Justiça de entrância inicial, Dr. LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS, matrícula nº 14951878, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Jaguarí, até ulterior deliberação (Port. 3042/10).

- o Promotor de Justiça de entrância inicial, Dr. DAVI LOPES RODRIGUES JÚNIOR, matrícula nº 14956284, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de São Vicente do Sul, até ulterior deliberação (Port. 3043/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 224/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00829.00394/2010, em que interessado Luiz Carlos Beduschi.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 575

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 566/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 01 de dezembro de 2010, o servidor ANDRÉ HEIDRICH MOUI, matrícula nº 14961458, do cargo de Secretário de Diligências, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2867/10).

- a pedido, a contar de 29 de novembro de 2010, a servidora LISIANE PENZ NEGRUNI, matrícula nº 14974142, do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 3036/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.22547

CONTRATADA: CORAG – COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS; **OBJETO:** confecção de 2.000 (dois mil) folders Memorial “Linha do Tempo”; **VALOR TOTAL:** R\$ 662,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 2945; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3902; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, inc. VIII, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 26/11/2010, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DE TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PROCESSO Nº PR.01205.00595/2010-7

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiências; o Conselho Regional de Engenharia, Agricultura e Agronomia do Rio Grande do Sul; a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. **OBJETO:** Estabelecimento de medidas que possibilitem dar efetividade aos ditames constitucionais, por meio do projeto “Município Legal É Município Acessível”, garantindo a plena acessibilidade para todas as pessoas com alguma deficiência, mobilidade reduzida ou necessidade especial. **VIGÊNCIA:** 01 (um) ano, a contar da assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 04/11/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 14698-09.00/05-5

CONTRATADA: TELETTEX SUL TELECOMUNICAÇÕES E AUTOMAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de assistência e suporte técnico e operacional, mediante a execução de manutenção preventiva e corretiva, upgrade de software e firmware, em 02 (dois) relógios ponto da marca Telemática, modelos CODIN 9000, série 5872, e CODIN PRO STEEL, série 344, e acessórios, instalados nos prédios sedes desta Instituição localizados nesta Capital, na Rua Santana, nº 440, e Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, respectivamente; **VALOR MENSAL:** R\$ 292,49; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3931; **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, prorrogável; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 29/11/2010, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 575

SÚMULA
AQUISIÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS
PROCESSO Nº 4494-0900/10-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/10
REGISTRO DE PREÇOS CO22610

CONTRATADA: REIS OFFICE PRODUCTS COMERCIAL LTDA. ; **OBJETO:** 50 (cinquenta) aparelhos de fac-símiles

ITEM	QTDE. (UN.)	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	50	APARELHOS DE FAC SÍMILES	R\$ 440,00

VALOR TOTAL: R\$ 22.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 2746, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.52/5220; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS 40/04, 47/05 e 33/08; Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02; e Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS DO
QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 450/2010

A Procuradoria-Geral de Justiça, tendo em vista o Concurso Público para provimento do cargo de Secretário de Diligências para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Edital nº 374/2010, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 19 de outubro de 2010 **RESOLVE:**

I. **INFORMAR** que os recursos interpostos, relacionados abaixo, referente aos requerimentos de isenção do pagamento da inscrição foram analisados e julgados improcedentes.

NOME	NDOC	REQUERIMENTO	MOTIVO
ALEXSANDRO FERREIRA DO AMARAL	6059491826	8132	Candidato não enviou documentação para comprovar a condição de pessoa com deficiência e renda mensal de até um salário mínimo e meio nacional, "per capita" familiar. Desta forma está em desacordo ao item 11 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
ANDREIA RUSSO KUHN	1046280176	8129	Candidato não enviou laudo médico. Desta forma está em desacordo ao item 9 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
ELLEN GONCALVES IGARASHI	275881969	8147	Candidato não enviou documentação para comprovar a condição de pessoa com deficiência e renda mensal de até um salário mínimo e meio nacional, "per capita" familiar. Desta forma está em desacordo ao item 11 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
FILOMENA MARADEI	4034761835	7971	Candidato não enviou documentação para comprovar a condição de pessoa com deficiência e renda mensal de até um salário mínimo e meio nacional, "per capita" familiar. Desta forma está em desacordo ao item 11 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
GISELE DA SILVA CONCEICAO	1090461771	7927	Candidato não enviou documentação para comprovar a condição de pessoa com deficiência e renda mensal de até um salário mínimo e meio nacional, "per capita" familiar. Desta forma está em desacordo ao item 11 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
GUILHERME MOUSQUER DA SILVA	4089140083	8010	Candidato não enviou documentação para comprovar a condição de pessoa com deficiência e renda mensal de até um salário mínimo e meio nacional, "per capita" familiar. Desta forma está em desacordo ao item 11 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 575

JACIA FORNARI	1049076365	7923	Candidato não enviou laudo médico. Desta forma está em desacordo ao item 9 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
SIMONE URBIM FAGUNDEZ	8069590928	8023	Candidato não enviou documentação para comprovar a condição de pessoa com deficiência e renda mensal de até um salário mínimo e meio nacional, "per capita" familiar. Desta forma está em desacordo ao item 11 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
TAIS DA COSTA PRADO	9097627856	8277	Candidato não enviou laudo médico e declaração de renda familiar. Desta forma está em desacordo ao item 9 do Capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.
TALVANE MARCOS REICHERT LUDWIG	8063597549	8279	Candidato enviou laudo médico de instituição particular. Desta forma está em desacordo aos subitens 11.1 e 11.1.1 do capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.

II. Os candidatos cujos requerimentos de isenção de pagamento do valor da inscrição foram indeferidos e que pretendam participar do certame, devem efetuar sua inscrição na forma do Capítulo IV, item 3 do Edital de Abertura de Inscrições no período de **10 horas do dia 01/12 às 18 horas do dia 02/12/2010**.

III. As respostas dos recursos interpostos quanto ao requerimento de isenção de pagamento da inscrição estarão disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) no período de 7 (sete) dias, a contar da publicação deste Edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de novembro de 2010.

HERIBERTO ROOS MACIEL,

Presidente da Comissão de Concurso.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 03/2010 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

1) **Peça de Informação nº 00721.00029/2005** – instaurada pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, em 25 de outubro de 2010, tendo por finalidade apurar possível insuficiência do atendimento à saúde disponibilizado pelo município.

2) **Inquérito Civil nº 00723.00008/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, em 21 de setembro de 2010, tendo por finalidade apurar questões envolvendo longas filas de espera para atendimento ao público junto ao SUS (Plantão 24 horas).

3) **Portaria nº 013/2010** – emitida pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, em 03 de novembro de 2010, tendo por finalidade apurar possível lesão a direitos humanos de pacientes internados no Hospital Nossa Senhora Aparecida e seus familiares e afins.

4) **Inquérito Civil Público nº 00748.00227/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 30 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar eventual situação de risco e vulnerabilidade social por pessoa portadora de necessidades especiais.

5) **Inquérito Civil Público nº 00748.00216/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 23 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar a demora na emissão de Carteira de Gratuidade de Transporte Intermunicipal de pessoa portadora de necessidades especiais.

6) **Inquérito Civil Público nº 00748.00276/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 19 de outubro de 2010, tendo por finalidade investigar a regularização dos Conselhos Municipais de Saúde e da Capacitação dos Conselheiros de Saúde.

7) **Inquérito Civil Público nº 00950.00023/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, em 11 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidades nos procedimentos do Pronto Atendimento Municipal de Saúde, de pacientes internados em estado grave, sem encaminhamento para CTI.

8) **Inquérito Civil Público nº 00761.00015/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, em 05 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 575

9) Inquérito Civil Público nº 00792.00024/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, em 08 de novembro de 2010, tendo por finalidade obter um compromisso do Hospital Annes Dias de buscar um parto mais humanizado para as pacientes do SUS.

10) Portaria nº 022/2010 – emitida pelo Promotor de Justiça Michael Schneider Flach, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, em 01 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar fatos ligados a Construção do Lar do Idoso ou Centro e Lazer da Terceira Idade.

11) Inquérito Civil Público nº 00800.00004/2010 - instaurado pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, em 12 de maio de 2010, tendo por finalidade atuar na implementação das Leis 10.639/03 e Lei 11.645/08, que determinam a implementação do ensino da história e cultura afrobrasileira e indígena no currículo da rede de ensino.

12) Inquérito Civil Público nº 01175.00054/2010– instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça de Montenegro, em 16 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar a implementação de fiscalização quanto à acessibilidade a prédios públicos ou privados, nos termos da legislação federal.

13) Portaria de Retificação - Inquérito Civil Público nº 01211.00003/2009 – emitida pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 18 de novembro de 2010, tendo por finalidade apurar a inexistência de veículos de transporte coletivo intermunicipal adaptados para o acesso das pessoas com necessidades especiais, bem assim a existência de veículos inadaptados que ostentam o símbolo internacional de acesso.

14) Portaria nº 01/2010-A – emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar acerca das negativas de internações, por parte dos hospitais públicos, aos apenados com indicação de baixa hospitalar.

15) Peça de Informação nº 02/2010 – instaurada pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 01 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar negligência nos cuidados de pessoa portadora de necessidades especiais abandonada pelos familiares.

16) Peça de Informação nº 00853.00010/2010 – instaurada pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, em 18 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar as limitações impostas pelo Supermercado Big ao acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais.

17) Inquérito Civil Público nº 00864.00131/2010 - instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 24 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar a forma de armazenar medicamentos em local com depósito em péssimas condições sob a responsabilidade de AL Distribuidora de Medicamentos Ltda.

18) Inquérito Civil Público nº 00864.00108/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 16 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar eventual não disponibilização de horários para atendimento médico dos segurados do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS.

19) Inquérito Civil Público nº 00864.00107/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 16 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar eventuais riscos ambientais e sanitários causados pelo depósito de diversos objetos sem o devido cuidado na continuação da Rua República do Líbano (antiga “Pedreira do Linck”), Bairro Itararé, área considerada de preservação permanente.

20) Inquérito Civil Público nº 00864.00206/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 17 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar recomendação dos Conselhos de Saúde pelo Município de Santa Maria.

21) Inquérito Civil Público nº 00864.00207/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 17 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar recomendação aos Conselhos de Saúde, pelo Município de Itaara.

22) Inquérito Civil Público nº 00864.00208/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 17 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar recomendação aos Conselhos de Saúde, pelo Município de Silveira Martins.

23) Inquérito Civil Público nº 00864.00209/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 17 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar recomendação aos Conselhos de Saúde, pelo Município de São Martinho da Serra.

24) Inquérito Civil Público nº 00864.00150/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 17 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar recusa de médico do HCAA em assinar Atestado de Óbito.

25) Inquérito Civil nº 00864.00154/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 29 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar possíveis danos à saúde pública por ineficiência dos serviços públicos de responsabilidade municipal.

26) Inquérito Civil Público nº 00864.00120/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 17 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar as condições gerais de atendimento da Instituição de Longa Permanência para Idosos, localizada na Rua João Manoel, s/nº, em São Martinho da Serra.



27) Inquérito Civil Público nº 00868.00012/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Heitor Stolf Júnior, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar defesa da Cidadania – proteção das pessoas portadoras de necessidades especiais – Santa Rosa – ausência de acessibilidade a portadores de deficiência no Instituto Estadual de Educação Visconde de Cairu.

28) Inquérito Civil Público nº 00862.00014/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 08 de outubro de 2010, tendo por finalidade apurar notícia de descumprimento da Lei Municipal nº 3.566/2000, que dispõe sobre o livre acesso a doadores de sangue a casas de diversão, de espetáculos teatrais, musicais, circenses, salões de baile, a cinemas, praças esportivas e similares das áreas de esportes, cultura e lazer do Município.

29) Portaria nº 14/10 – emitida pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 29 de julho de 2010, tendo por finalidade apurar a denúncia sobre a falta de atendimento na Unidade de Psiquiatria da Fundação Hospital Centenário, em virtude do não cumprimento da jornada de trabalho regular pelos psiquiatras, fato envolvendo a Fundação Hospital Centenário, localizada na Avenida Teodomiro Porto da Fonseca, nº 799.

30) Portaria nº 13/10 – emitida pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 12 de julho de 2010, tendo por finalidade apurar a denúncia sobre a existência de uma clínica clandestina para a recuperação de drogaditos, na Rua Eduardo de Almeida, nº 292 (fundos), Bairro São Miguel.

31) Portaria nº 18/10 – emitida pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 04 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidades relacionadas à Casa de Oleiro, clínica de dependentes químicos.

32) Inquérito Civil Público nº 00862.00015/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 22 de novembro de 2010, tendo por finalidade apurar a disponibilização de ônibus acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, pelas empresas de transporte público do município.

33) Inquérito Civil Público nº 00898.00009/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí, em 22 de junho de 2010, tendo por finalidade dar maior efetividade ao adequado funcionamento de serviços fúnebres pelas Funerárias Hartmann, São Sebastião e Hospital Sagrada Família.

34) Inquérito Civil Público nº 01223.00028/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, em 13 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar a negativa de acesso às pessoas com deficiência, aprovadas em concurso público, a cargos ou empregos públicos da Administração Municipal de Unistalda, negando vigência à legislação pertinente e também à Lei Municipal nº 015 de 07/05/08.

35) Inquérito Civil Público nº 00901.00040/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, em 17 de novembro de 2010, tendo por finalidade apurar a regularidade da Comunidade Terapêutica, denominada Centro de Reintegração social Aguilhões de Cristo, localizada na RS 239, Km 34, em Araricá.

36) Inquérito Civil Público nº 00911.00070/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardoso Ferreira, da Promotoria de Justiça de Taquara, em 29 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar a Regularização das Concessões de Prédios Públicos e Revitalização da Praça da Bandeira.

37) Portaria nº 030/2010 – emitida pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, em 16 de setembro de 2010, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes da Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas no Município de Miraguaí.

38) Portaria nº 029/2010 – emitida pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, em 16 de setembro de 2010, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes da Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas, no Município de Barra do Guarita.

39) Portaria nº 035/2010 – emitida pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, em 29 de outubro de 2010, tendo por finalidade apurar maiores elementos acerca da situação real dos programas governamentais (Saúde da Família e Agentes da Saúde) quanto à cobertura efetiva no atendimento à população e utilização das verbas públicas no Município de Tenente Portela.

40) Inquérito Civil Público nº 00953.00026/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar a formação do Conselho Municipal de Saúde de Imigrante.

41) Inquérito Civil Público nº 00953.00023/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar a formação do Conselho Municipal de Saúde de Paverama.

42) Inquérito Civil Público nº 00953.00024/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar a Formação do Conselho Municipal de Saúde de Poço das Antas.

43) Inquérito Civil Público nº 00953.00022/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar a Formação do Conselho Municipal de Saúde de Teutônia.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 575

44) Inquérito Civil Público nº 00953.00025/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar a Formação do Conselho Municipal de Saúde de Westfália.

45) Inquérito Civil Público nº 00953.00016/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, em 15 de outubro de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades na contratação de agentes comunitários de saúde e na implementação do programa de saúde da família.

46) Portaria nº 017/2010 – Conversão da PI nº 140/2010 - emitida pela Promotora de Justiça Paula Ataíde Athanasio, da Promotoria de Justiça de Torres, em 04 de novembro de 2010, tendo por finalidade apurar possível risco de desabamento no Edifício da Berta, na Av. Júlio de Castilhos, colocando em situação de perigo a população.

47) Portaria nº 018/2010 – emitida pela Promotora de Justiça Paula Ataíde Athanasio, da Promotoria de Justiça de Torres, em 04 de novembro de 2010, tendo por finalidade apurar possível risco de desabamento de pedras no “Caminho da Santinha”, no Morro do Farol, colocando em situação de perigo a população.

48) Inquérito Civil Público nº 00915.00052/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, em 10 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar dificuldades e necessidades do Ambulatório do Posto 24 horas.

49) Inquérito Civil Público nº 00927.00004/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César de Melo, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, em 13 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar a ocorrência de possíveis violações aos direitos de pessoas em vulnerabilidade social (idosos) que residem em albergue clandestino.

50) Inquérito Civil Público nº 00929.00037/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto; da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 20 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar acerca da implementação do ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Índigena no currículo oficial da rede de ensino nos Municípios da comarca.

51) Inquérito Civil Público nº 00929.00042/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 10 de setembro de 2010, tendo por finalidade acompanhar a adequação das escolas estaduais da comarca para garantir o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais e com mobilidade reduzida.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro 2010.

FRANCESCO CONTI,

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.